

Inércia latente

A Constituinte não será parlamentarista, nem profundamente reformista em questões de legislação eleitoral ou das instituições permanentes do País. Os constituintes, 80 por cento dos quais são provenientes dos setores ligados à indústria, ao comércio e à agricultura, havendo uma margem reduzida de profissionais liberais e de empresários de serviços, buscarão, isso sim, ampliar os níveis da descentralização do poder federal, para distribuir aos Estados e municípios uma maior faixa de autonomia na gestão pública.

Essa previsão, do deputado Bonifácio Andrada, perito em questões constitucionais, é sustentada na verificação das dificuldades que teve uma ala mais disposta ao reformismo institucional, nesse começo de trabalhos de aprovação do Regimento, para impor seus pontos de vista. Houve como que uma acomodação natural das camadas do terreno, com constituintes mais afoitos fazendo auto-crítica, reconhecendo que a linguagem dos palanques deveria ser abandonada por uma visão mais real das questões institucionais. A essa crítica, profundamente se dedicou o deputado Maurílio Ferreira Lima.

O mecanismo do poder deverá ser preservado pela capacidade de resistência da estrutura presidencialista, que ainda assim, diante da pressão para redistribuir poderes aos Estados e Municípios — através de uma reforma tributária ampla, ou de uma destinação de recursos federais à Federação, para realizar programas descentralizados, como por exemplo a gestão do ensino superior — deverá lutar para manter o *status quo*, que é de controle máximo das decisões.

A reação do Estado é cega e impessoal. Não depende do presidente Sarney ordenar, por exemplo, que o sistema de controle estatal seja mais brando, e incentive a privatização, como foi feito no decreto-lei que instituiu uma nova política de licitações públicas, a qual amplamente prestigia a iniciativa privada. Mas a fria máquina estatal, tudo fará para conservar sua ampla faixa de controle sobre 70 por cento da economia nacional, desafiando os constituintes e o Presidente da República tão bem intencionados.

OSÉ HUGO TEM OPÇÕES

Não será para a área privada que o ministro José Hugo Castelo Branco poderá imigrar, caso deixe o Ministério da Indústria e do Comércio. Na verdade, ele poderá ir para a presidência de uma fortíssima empresa estatal, com sede no Rio de Janeiro.

GESTÕES PARA O DIA 15

O Palácio do Planalto tudo estava fazendo para que a escala do presidente alemão não fosse em Recife, a caminho de Buenos Aires, mas em Brasília, a fim de que o presidente Sarney tenha um compromisso oficial na sua agenda para o dia 15, que o desobrigue a comparecer a alguma posse de governador.

NA FRANÇA, E NÃO AQUI

Existe um instituto na França pelo qual os ministros do Governo dizem: "Je donne ma demission". Ou seja, entregam os cargos, sem o menor apego ou resistência, antes que o chefe de governo os peça. Muito diferente de um certo País.

LEONARDO MOTA NETO